

**HABEAS CORPUS Nº 515.290 - SC (2019/0167695-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : REGINALDO MASSANEIRO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de REGINALDO MASSANEIRO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento dos Embargos de Declaração em Apelação Criminal n. 0002044-35.2014.8.24.0041.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pelo Juízo da Vara Criminal da Comarca de Mafra (SC) à pena de 4 meses e 6 dias de detenção, pela prática dos crimes previstos nos arts. 129, §9º, e 147, c/c o art. 69, todos do Código Penal. A pena privativa de liberdade foi substituída por uma restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade, na razão de uma hora por dia de condenação, descontando-se o lapso de quando permaneceu recolhido por ocasião da prisão em flagrante (e-STJ fls. 226/232).

Irresignada, a defesa apelou buscando a absolvição por insuficiência probatória; contudo, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso e determinou a execução provisória da pena, em acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fls. 281):

*APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL (ART. 129, § 9º, DO CP), CARACTERIZADORA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, NA FORMA DA LEI N. 11.340/06. CONDENAÇÃO. RECURSO DA DEFESA.*

*ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA POR INFORMANTES E PELO LAUDO PERICIAL. SENTENÇA MANTIDA.*

*Em se tratando de infração penal decorrente de violência de gênero, a palavra da vítima possui valor fundamental, devendo ser invocada para sustentar um decreto condenatório, sobretudo quando respaldada por prova técnica.*

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Opostos embargos declaratórios pela defesa do paciente, não foram eles conhecidos (e-STJ fls. 30/35).

No presente *habeas corpus*, a Defensoria Pública estadual alega que "*a circunstância de a infração ter sido praticada contra a mulher no âmbito das relações domésticas já serviu para agravar a pena (em abstrato) cominada à infração penal de ameaça (com a exclusão da pena mínima de multa), de modo que a incidência das agravantes previstas no art. 61, II, e e f, do CP na segunda fase da dosimetria penal constitui inegável bis in idem.*" (e-STJ fls. 9/10), razão pela qual entende que deve ser excluída da condenação do paciente as agravantes previstas no art. 61, II, e e f, do Código Penal, aplicadas ao crime de ameaça.

Requer, liminarmente, "*a suspensão dos efeitos da condenação até julgamento final do writ, principalmente a determinação para o início imediato da execução provisória da restritiva de direitos fixada*" (e-STJ fl. 10).

No mérito, postula "*que seja excluída as agravantes previstas no art. 61, II, "e" e "f", do Código Penal, da dosimetria da pena do crime de ameaça, reconhecendo-se o bis in idem*" (e-STJ fl. 11).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

A nova orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal é a de possibilitar a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário.

No entanto, no que tange às penas restritivas de direitos, decidiu a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça que, "*considerando a ausência de*

*manifestação expressa da Corte Suprema e o teor do art. 147 da LEP, não se afigura possível a execução da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da condenação"* (EREsp n. 1.619.087/SC, relator Ministro JORGE MUSSI, julgado em 14/6/2017, DJe de 24/8/2017).

Sendo assim, mostra-se de rigor a suspensão da execução provisória da pena restritiva determinada em desfavor do paciente.

À vista do exposto, **defiro a liminar para suspender a execução provisória da reprimenda restritiva de direitos imposta ao paciente até o julgamento final do presente writ.**

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de origem, solicitando-lhe informações e ressaltando que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração, notadamente acerca de eventual trânsito em julgado da condenação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Oportunamente, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator